

1 Ata da 14ª Reunião Extraordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes  
2 Mineiros do Baixo Paranaíba - CBHPN3, realizada no Auditório da Supram Triângulo  
3 Mineiro, localizada a Praça Tubal Vilela, nº 03, Centro - Uberlândia-MG, na  
4 modalidade presencial, no dia 03 de outubro de 2023, às 08hrs 00 min, com a  
5 instalação do quórum exigido no regimento interno do CBH-PN3. Estiveram  
6 presentes os seguintes conselheiros: Daniel Angelucci de Amorim - Empresa de  
7 Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais - EPAMIG, Cristiano Corrêa Lemos - PMMG,  
8 Hideraldo Buch - Secretaria de Estado de Saúde - SES, José Maria Castro Júnior - Instituto  
9 Estadual de Florestas - IEF, Dayane Aparecida Pereira de Paula - Instituto Estadual de  
10 Florestas - IEF, Rodrigo Esteves de Melo - Empresa de Assistência Técnica e Extensão  
11 Rural do Estado de Minas Gerais - EMATER, Muriel Silva Vilarinho - Município de  
12 Ituiutaba, Sérgio Cunha de Resende - Município de Santa Vitória, Sandro Domingues  
13 Parreira - Município de Monte Alegre de Minas, Elaine Aparecida - Município de  
14 Amaporã, Geraldo Matias de Almeida - Município de Amaporã, Roniel Rosa Santos -  
15 Município de Campina Verde, Lourival Souza Santos - Município de Campina Verde,  
16 Daniel Naves de Brito - Município de Uberlândia, Ecione Cristina Martins Pedrosa -  
17 Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável do Triângulo Mineiro  
18 e Alto Paranaíba - CIDES, Christyan Paiva Farias - Departamento Municipal de Água e  
19 Esgoto de Uberlândia - DMAE Uberlândia, Silvia Caram André e Rocha Miranda -  
20 Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - FIEMG, Aristoclides Cançado Costa  
21 - Usina Coruripe Açúcar e Álcool - Filial Limeira do Oeste, Jéssica Vale Freitas Moreira -  
22 Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais - FAEMG, Luiz Humberto  
23 Gonçalves Reis - Sindicato dos Produtores Rurais de Monte Alegre de Minas, Wederson  
24 Nunes Cardoso - Associação dos Usuários da Bacia Hidrográfica do Médio e Baixo Rio  
25 Piedade e Córrego da Areia - APCR Piedade, Glênio Alves Silvério - Departamento de  
26 Água e Esgoto - DAE Tupaciguara, Fabiano Soares Vilela - Superintendência de Água e  
27 Esgotos de Ituiutaba - SAE Ituiutaba, André Luiz Borges - Departamento Municipal de  
28 Água e Esgoto de Araporã - DMAE Araporã, Antônio Giacomini Ribeiro - Associação  
29 Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - ABES, João Carlos Camilo - Instituto de  
30 Direito Ambiental e Urbanístico do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba - IDAU-TAP,  
31 Marcelo dos Santos Pádua Diniz - Conselho Regional de Biologia da 4ª Região - CRBIO-  
32 04, Dora Marquez Peres Drummond - Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, Débora  
33 Gale Ribeiro - Associação de Catadores Amigos do Meio Ambiente Estação +AR, Kátia  
34 Gisele de Oliveira Pereira - Universidade Federal de Uberlândia - UFU, Polyanna Custódio  
35 Duarte - Associação para a Gestão Socioambiental do Triângulo Mineiro - Angá, Maurício  
36 Marques Scalon - Fórum Nacional da Sociedade Civil na Gestão de Bacias Hidrográficas -  
37 FONASC-CBH, Daniel Novais - CBMMG, Nayara Ribeiro Soares - CIDES, Júlio Cesar S.  
38 Sobrinho Santos - CIDES, Thiago Figueiredo Santana - IGAM, Paulo Rogerio da Silva -  
39 SEMAD. Elaine cumprimentou a todos e expressou sua satisfação em fazer parte da nova  
40 gestão. No item nº2 da pauta, comentou a apresentação da ata referente à 60ª reunião  
41 extraordinária de 6 de dezembro de 2022 para devida votação e aprovação. De início,  
42 Antônio Giacomini pediu a palavra para explicar sobre como deve ocorrer a abordagem  
43 do item de nº3 (fala dos conselheiros) na estrutura da pauta, considerando que muitos  
44 dos conselheiros são novos no comitê. Disse que o item deve ocorrer como uma  
45 "manifestação rápida de comunicação" e com objetividade no foco, como por exemplo:  
46 uma notícia, um evento ou até mesmo exposição de agrado ou desagrado. Como muitos  
47 dos conselheiros presente não estavam na reunião anterior, Elaine explicou que a

48 dinâmica formal da reunião segue: da abertura para aprovação da ata anterior (podendo  
49 se absterem de votar aqueles que não participaram da mesma). No item de nº3 ocorre  
50 a "fala dos conselheiros" e no final, o item de assuntos gerais. Informou ainda que a ata  
51 a ser votada foi encaminhada por Cláudia para cada um dos conselheiros por e-mail para  
52 leitura e apreciação prévia. Deixou claro que votação da mesma seria livre. Cada um  
53 poderia aprovar ou não a minuta ou até mesmo se abster de votar, conforme sua  
54 vontade. Débora Gale Ribeiro - Associação de Catadores Amigos do Meio Ambiente  
55 Estação +AR, solicitou que a leitura da ata fosse realizada e Antônio Giacomini afirmou  
56 que a mesma foi encaminhada com antecedência justamente para evitar a necessidade  
57 de realização da leitura na reunião, mas reconheceu que é um direito de todos se assim  
58 considerarem necessário. Elaine aproveitou para se pronunciar, na condição de  
59 integrante da nova gestão. Afirmou que considera a plenária como soberana, inclusive  
60 nas deliberações, e que posteriormente haverá as apresentações para que todos se  
61 conheçam e conheçam também a nova gestão que pretende ser 100% compartilhada  
62 com responsabilidade. Afirmou: "faço questão de ouvir sempre os meus pares que é  
63 cada um de vocês...". Diante desta declaração, atendeu o pedido de leitura da ata.  
64 Solicitou a Antônio que fizesse a leitura, mas o mesmo alegou que não tinha condições,  
65 por isso o Sr. Sandro Domingues Parreira - Município de Monte Alegre de Minas a  
66 realizou na íntegra para apreciação da plenária. Após a leitura. Elaine seguiu a votação  
67 com as manifestações de abstenções a seguir:

68 Elaine – Prefeitura de Araporã, Sandro – Prefeitura de Monte Alegre de Minas, Daniel –  
69 Prefeitura de Uberlândia, Ecione – CIDES, Mauricio Scalon – FONASC, Joao Carlos –  
70 IDAUTAP, Sergio – Prefeitura de Santa Vitoria, Marcelo – CRBIO, Debora - Associação de  
71 Catadores Amigos do Meio Ambiente Estação +AR, Chrystian – DMAE Uberlândia,  
72 Fabiano – SAE, Jose Maria – IEF, Luiz Humberto - Sindicato dos Produtores Rurais de  
73 Monte Alegre de Minas. Justificadas as abstenções pois os mesmos não estavam  
74 presentes na referida reunião. Considerando que o término da reunião previsto para  
75 11hs30min, Elaine sugeriu que o item de nº3, referente a palavra dos Conselheiros fosse  
76 realizado juntamente com o item de nº4 - "Apresentações dos Conselheiros", visto que  
77 muitos estão participando pela primeira vez na plenária sendo necessário a  
78 apresentação formal de cada conselheiro juntamente com as devidas contribuições,  
79 quando julgarem necessárias. De forma aleatória, todos se apresentaram e por fim,  
80 Elaine Oliveira, na condição de presidente do comitê, reafirmou seu compromisso de  
81 estar junto a todos no exercício dos trabalhos desta gestão e com responsabilidade  
82 compartilhada deixando sempre claro que a plenária sempre será soberana. Agradeceu  
83 pela confiança de todos e espera corresponder à altura das expectativas. Confidenciou  
84 estar temerosa pelo desafio, mas confiante de que no final vai dar tudo certo e ao  
85 término destes dois anos de gestão deseja, enquanto aprendiz, devolver a todos a  
86 mesma confiança e com a plenária cheia, como há muito tempo não via desde a época  
87 da pandemia. Disse que sente um misto de nervosismo emoção ao ver cada um dos  
88 presentes. Depois de tudo que se passou no mundo nos últimos três anos, poder  
89 retomar o contato físico e a proximidade faz, desse momento da plenária bem oportuno  
90 para boas expectativas de realização de muitas coisas que não foram feitas. Glênio se  
91 apresentou como representante do município de Tupaciguara no segmento de usuários  
92 e como vice-presidente do CBH juntamente com Elaine e com Maurício na nova gestão.

93 Afirmou, assim como todos que se apresentaram anteriormente, que pretende  
94 contribuir com o crescimento e avanço dos recursos hídricos do CBH. Se colocou à  
95 disposição no que for preciso para somar no alcance do sucesso. Na sequência, Elaine  
96 sugeriu que o item de nº5, que trata da recomposição das câmaras fosse abordado após  
97 os itens nº 6 e nº7 que serão apresentados por Thiago Santana (IGAM). Giacomini  
98 explicou que, conforme o regimento, toda e qualquer alteração relativa à pauta precisa  
99 ser votada em plenária no início da reunião. Elaine se comprometeu a estudar e tomar  
100 ciência do conteúdo que embasa o regimento para a próxima plenária e justificou que  
101 sua sugestão era para ganhar tempo para discussão necessária entre os pares no item  
102 nº5 (recomposição das câmaras técnicas). Inclusive, alinhou à sua justificativa a  
103 importância dos itens nº6 (Apresentação da Deliberação PN3 nº46) e nº7 (Aspecto Legais  
104 do Regimento Interno) para melhor aproveitamento e compreensão do item nº5.  
105 Acredita que se a alteração for aceita todos conseguirão fazer a recomposição das  
106 câmaras com mais confiança. A sugestão foi aceita. Thiago se apresentou e iniciou se  
107 desculpando pelo atraso. Afirmou estar satisfeito em ver o quantitativo de suplentes  
108 junto aos titulares participando da plenária, dada a sua importância no desenvolvimento  
109 dos trabalhos dentro das instituições, mas principalmente para que se sintam dentro dos  
110 processos, contribuindo de maneira abrangente e com eficiência junto a oportunidades  
111 de articulações e engajamento. Para mensurar a importância do regimento, o comparou  
112 a uma "cartinha orientativa" da atuação dos participantes da plenária na área de política  
113 pública. Ressalvou a importância da consciência de responsabilidade e compromisso que  
114 cada um assume ao assinar o termo de pose. Assumem papéis políticos a serem  
115 exercidos dentro da sociedade, pois enquanto conselheiros, se submetem ao exercício  
116 de uma função pública, comprometidos com princípios básicos e inegociáveis como a  
117 ética e a moralidade pública requeridos do servidor público. Por isso é muito importante  
118 que todos se atenham ao Regimento Interno conforme Antônio Giacomini já havia  
119 destacado. Mas não só sobre a questão da orientação da condução das reuniões, mas  
120 também sobre várias outras questões como direitos que os conselheiros têm dentro de  
121 alguns processos que estão em discussão, entre outras situações das quais deverão ser  
122 conduzidas pelo regimento interno do PN3. Na sequência, pontuou informações sobre  
123 o decreto. Informou que a versão vigente do documento já está atualizada pela  
124 deliberação do comitê nº49, ou seja, é passível de alteração, mas somente por um  
125 mínimo de 2/3 de composição. O referido documento não é flexível de deliberação por  
126 maioria simples. Se apresenta sobre normas superiores à lei federal nº 9433 que  
127 estabelece a Política Nacional de Recursos Hídricos e a composição do Sistema Nacional  
128 de Gerenciamento de Recursos Hídricos. A Política Estadual de Recursos Hídricos (lei  
129 nº1399) e o Decreto Estadual 43 797 de 2004, que inclusive institui esse comitê, que no  
130 próximo ano completará 20 anos. Considerou a comemoração válida diante do atual  
131 momento em que o comitê tem avançado com a implantação da cobrança apesar da  
132 falta do instrumento de enquadramento que compromete o plano. Disse que é possível  
133 evoluir nesse aspecto. Sinalizou que também norteiam o regimento, outras normas  
134 editadas pelo Conselho Nacional e Conselho Estadual de Recursos Hídricos cuja sede é  
135 no município de Uberlândia. Enfatizou o destaque do município dentro da região e no  
136 estado justificando a importância da atuação de cada um junto às ações que impactam

137 diretamente na cidade. Segundo Thiago, o regimento não deve ser tratado com  
138 indiferença dada a importância com que é embasado. Por isso sugeriu que em momento  
139 oportuno, os conselheiros pesquisem a lei de recursos hídricos e a política ambiental  
140 para que vejam a importância de uma atuação consciente onde cada um deve exercer o  
141 seu papel em colaboração da garantia de qualidade da água que vai para os diversos  
142 usuários. Reforçou: "pesquisem nas leis, as diferenças sobre as terminologias para que  
143 compreendam melhor os seus papéis dentro do comitê". Citou representantes dos  
144 seguimentos presentes na reunião como a associação de usuários e representantes de  
145 sindicatos e exemplificou como as atuações destes e de outros setores mudam de acordo  
146 com o foco de cada processos. Mencionou a participação de Giacomini na orientação de  
147 vários processos de bacias e seus conflitos. Como muitos conselheiros estão iniciando  
148 suas participações junto ao comitê, Thiago pontuou em todo o seu relato a importância  
149 das atuações de maneira responsável e a prática de ações pautadas na racionalidade  
150 atrelada às leis com vistas a manter condições de quantidade e qualidade da água.  
151 Reforçou que é importante que compreendam que nos diversos cenários de política  
152 pública as ações tendem a ser diferente. E a necessidade dessa postura é clara diante do  
153 quadro evolutivo em que se encontra o PN3 com a implantação da cobrança e  
154 juntamente com ela a finalidade de investimento que precisa ser bem elaborada  
155 considerando todos os pares envolvido. E de forma contextualizada fez abordagens  
156 interessantes como: o apoio do comitê ao municípios que marcam sua participação por  
157 meios de seus representantes, fomentando o processo de integração; a composição  
158 política que diferencia entidades como o Comitê de Política de Recursos Hídricos e o  
159 Conselho Nacional e Minas Gerais; o equilíbrio de interesses em prol de um bem comum  
160 (a água) envolvendo os municípios, representados por suplentes e titulares numa  
161 composição representativa e considerável dentro do processo social uma vez que o  
162 município é um ente público no cenário das políticas públicas; ressaltou que embora o  
163 município seja um território que possui regras próprias, dentro da política de recursos  
164 hídricos ele tem o papel apenas de ente participante, sendo descredenciado de  
165 competência sobre recursos hídricos; citou regiões como Minas Gerais, Goiás, Mato  
166 Grosso Nordeste para contextualizar questões sobre domínio da água de rios como  
167 Paranaíba, São Francisco e Araguari; falou da importâncias dos consórcios e das  
168 dificuldades enfrentadas pelo IGAM junto à Advocacia Geral do Estado no entendimento  
169 legal para constituir a possibilidade de participação de consórcios. Isto porque havia um  
170 entendimento de configuração de dupla representatividade dos consórcios. Exemplo de  
171 situações em que é preciso enfrentar próprio estado para criar entendimentos mais  
172 flexíveis. Sobre as substituições, informou que todos podem acessar o portal dos comitês  
173 junto ao IGAM. Nele, consta os processos de substituições e como podem ocorrer de  
174 maneira rápida. Contém todas as documentações do comitê do estado somando um  
175 total de 35 unidades, juntamente com seus conselheiros, diretoria, comitê deliberações  
176 de regimento interno entre outros atos dos comitês como, planos deliberação de  
177 cobrança. Há também situações mais importantes que cabem à mesa diretora como por  
178 exemplo a substituição de membros da diretoria que ocorre por meio de nova eleição  
179 para preenchimento do cargo. Esclareceu uma particularidade dentro regimento interno  
180 diante da impossibilidade de participação do membro titular e o suplente. Em caso

181 específico que nenhum dos dois possa comparecer à reunião há possibilidade da  
182 indicação por meio de procuração a um terceiro para exercício do poder de voto. E sobre  
183 o tema, Giacomini contribuiu lembrando que havia um acordo de rodízio nas posições  
184 que inclusive foi utilizado na gestão anterior. Pediu posicionamento da plenária em  
185 relação mantê-lo ou não é Elaine interveio, argumentando que o assunto proposto não  
186 estava em momento oportuno para votação considerando o propósito da gestão  
187 integrada e participativa. Pediu que o mesmo seja tratado quando todos fizerem leitura  
188 do regimento na íntegra. Houve manifestações e Cristina contribuiu dizendo que o  
189 momento é de conhecer um pouco mais sobre o regimento interno e não de tomar  
190 decisões. Antônio aceitou a intervenção e contextualizou o processo de implantação da  
191 cobrança, juntamente com as ocorrências relativas à gestão e as substituições nos  
192 últimos anos para pedir que o tema seja tratado na próxima plenária. Mas reforçou que  
193 a cobrança do uso da água utilizada em 2022 já está sendo realizada por meio de  
194 declaração do usuário através de registro no site. Mencionou que a previsão de  
195 arrecadação sendo de quase 6 milhões requer acompanhamento do ritmo que está  
196 caminhando. Em seguida pediu que o item de nº7 - apresentação da DN Nº 46 fosse  
197 adiado para a próxima reunião por questões de tempo e de necessidade de  
198 detalhamento. No item de nº8, agências de bacia, Thiago fez uma breve exposição sobre  
199 como ocorre a cobrança. O projeto representa uma evolução ampla de estado ao qual o  
200 PN3 já está em ritmo satisfatório e basicamente consiste na dinâmica em que o usuário  
201 declara o que usou ao longo do ano por meio do site (no sistema chamado DAU -  
202 declaração anual de uso da água). Os usuários do segmento do saneamento e da  
203 agricultura efetuam a declaração do quanto usaram de água no ano anterior. Os demais  
204 usuários e segmentos possuem metodologias diferente. Como por exemplo, a indústria  
205 de regeneração que abarca diretamente a vazão outorgada. Já a agricultura tem como  
206 metodologia de cobrança a vazão utilizada somada à vazão outorgada dividida por dois.  
207 Detalhou o mecanismo de cálculo do setor de saneamento por ser mais específico e deu  
208 exemplo de parcelamentos e valores cabíveis ao setor (como por exemplo, 4 parcelas de  
209 R\$250,00). Contextualizou detalhadamente demais situações a seguir que configuram o  
210 processo de implantação da cobrança: a dinâmica da escolha de entidades equiparadas  
211 e as etapas vinculadas a ela, por exemplo o contrato de gestão da mesma; a definição  
212 das agências de bacias, de suas funções e abrangências territoriais; o mecanismo de  
213 compensação de cobrança usado para que o usuário não seja prejudicado, a discussão  
214 sobre a definição do ente responsável pela aplicação dos recursos dentro do território,  
215 o suporte técnico-administrativo e financeiro prestado aos comitês pelas agências de  
216 bacia; as agências de bacia que já estão demarcadas por território e indicadas pelo  
217 Conselho Estadual; as participações dos entes elencados junto aos recursos hídricos  
218 como por exemplo o IGAM; o entendimento sobre o conceito de "bacias" junto às leis  
219 que norteiam o andamento da regularização do processo; O papel de suporte técnico  
220 desempenhado pelo IGAM dentro do processo inclusive a aplicação do processo de  
221 inadimplência e sua complexidade burocrática; requisitos pontuados em deliberação do  
222 Conselho Estadual de Recursos Hídricos aplicáveis a agências estaduais limitando-as por  
223 território, citou como exemplo a bacia do Rio São Francisco e contextualizou a posição  
224 do PN3 junto a esta normativa; orientações do decreto 47633, sobre o modelo de

225 processo para escolha da entidade equiparada e as regras para contrato de gestão  
226 conforme se enquadra o PN3. Nesse momento, Thiago detalhou as etapas a serem  
227 realizadas tendo o IGAM como órgão responsável por apoiar todo esse processo de  
228 seleção, seja dentro do comitê ou junto ao Conselho Estadual. Explicou por meio de um  
229 fluxograma a dinâmica do processo onde o primeiro passo é a definição por parte do  
230 comitê sobre a modalidade de seleção fazer, o chamamento público ou dispensa do  
231 chamamento público. Ressalvou que dispensa do chamamento público já define o  
232 representante. E o chamamento público requer processo de edital e formação de  
233 comissão para fazer julgamento das propostas, recomendação da comissão julgadora  
234 para essas entidades e habilitação da sabatina. Citou como exemplo o processo realizado  
235 no comitê da bacia do Rio Grande e sinalizou para a plenária, de acordo com sua  
236 experiência, a oportunidade favorável de optar pela dispensa do edital em detrimento  
237 da complexidade processual do mesmo. Expôs os pontos burocráticos a serem  
238 levantados e cabíveis à questão do edital e citou mais exemplos para mostrar as  
239 demandas desta escolha. Deixou todos cientes de que o comitê tinha dia 24 de março  
240 de 2023 para fazer a indicação e neste caso, o decreto orienta que, os comitês que não  
241 indicarem até 2 anos da publicação do Decreto passa a ter o IGAM como escolha, porém  
242 pela prerrogativa da competência do Decreto 41578 de 2001 o IGAM tem sua capacidade  
243 administrativa limitada enquanto agência para essa função somente até o TJ e se  
244 submetido ao conselho que o respalda. Por isso deixou bem claro não é interessante que  
245 o mesmo seja indicado como entidade, embora isso ainda seja uma decisão que pode  
246 ser alterada a qualquer momento. Sendo assim, cabe ao comitê optar ou pela abertura  
247 do edital de chamamento público ou pela dispensa do edital e já definindo quem seria a  
248 indicada. Reafirmou que o IGAM irá apoiar todo o processo. A seguir, apresentou ainda  
249 no fluxograma, as entidades equiparadas já atuantes e seus respectivos territórios  
250 detalhando questões específicas de cada uma. Antônio Giacomini contribuiu mostrando  
251 como exemplo as delimitações oficiais, porém erradas das margens do Rio Paranaíba em  
252 relação ao PN1 e PN2. Erro de melhoria que precisa ser corrigido. Thiago finalizou sua  
253 apresentação reforçando para a plenária que agora cabe ao comitê tomar as decisões  
254 para a escolha e definição de uma entidade equiparada. A seguir, Antônio Giacomini  
255 pediu o uso da palavra para contextualizar e esclarecer o "porquê" de a questão da  
256 escolha da agência equiparada não ter ocorrido em tempo hábil. Mencionou os  
257 envolvidos, os acordos e desacordos e inclusive, confirmou que o comitê tinha ciência  
258 da limitação de atuação do IGAM, mas, mesmo assim decidiu ir "empurrando com a  
259 barriga", cientes do prazo para indicação e com perspectiva de uma solução futura. E  
260 ainda sobre o assunto, perguntou para Thiago qual é a situação da ABHA junto a ANA  
261 sobre contrato de gestão. Thiago explicou que a ABHA teve o seu contrato prorrogado  
262 junto à União até 31 de dezembro de 2023, período que permitiu um acompanhamento  
263 da ANA com mais proximidade e nos últimos anos houve uma melhoria de desempenho  
264 satisfatória dentro do comitê Paranaíba. Alertou sobre a necessidade de, futuramente,  
265 promover um debate sobre o modelo a ser implantado considerando algumas ações  
266 que geram impacto positivo como: gastos e investimentos, projetos alinhados à  
267 legislação considerando o tratamento devido às questões de ordem públicas e privadas,  
268 processo de contratação eficiente, gerência com competência para dar suporte junto aos

269 processos inclusive o de avaliação e elaboração de instrumentos (como o plano  
270 plurianual de aplicação de recursos) e outras ações que o comitê juntamente com o  
271 IGAM irá debater e discutir. Sobre a sede, pontuou que é uma questão que precisa ser  
272 avaliada pelo comitê uma vez que despenderá gastos, mas que precisa ser informada ao  
273 IGAM quando oficializada para cumprimento de demandas como atribuição de funções,  
274 distribuição de materiais específicos ou gerais, estrutura para capacitações entre outras.  
275 Conselheira Polyanna – ANGÁ, reforçou neste contexto que todo o planejamento do  
276 grupo precisa estar alinhado ao Plano Diretor que está em processo de revisão graças  
277 aos recursos do Paranaíba. Thiago reforçou a importância do Plano no direcionamento  
278 das atividades e ações executadas dentro do comitê como, as reuniões, a aplicação de  
279 recurso, a diretriz normativa e outras. Antônio Giacomini ressaltou a importância da  
280 participação da nova gestão de forma atuante na elaboração do novo plano para que  
281 nele contenha a identidade do PN3. Se referiu ao plano anterior como "plano Step" (não  
282 oficializado) mas tem expectativas positivas uma vez que o próprio Paranaíba está  
283 promovendo a revisão do mesmo conjuntamente com todos os seus afluentes. Afirmou  
284 que o enquadramento também já será executado dentro do processo de revisão bem  
285 como o aperfeiçoamento do plano. O conselheiro Mauricio Scalon pediu a palavra para  
286 expor uma situação que julgou importante sobre a entidade ABHA. Relatou todo o  
287 processo de profissionalização que a mesma passou ao longo de dez anos e reconheceu  
288 o nível de profissionalização e competência que hoje lhes dão condição de dar resposta  
289 de uma maneira bem mais razoável. Mas acredita que o fato de poder ser indicada como  
290 agência equiparada sem edital e com dispensa das formalidades dentro do contrato de  
291 gestão não deve suprimir a necessidade de discussão de maneira clara e inequívoca  
292 sobre a necessidade do grupo enquanto comitê para dar vazão e influência aos recursos  
293 em caixa e os recursos futuros. Não basta a facilidade de a diretoria assumir ABHA. É  
294 preciso considerar a questão da personalidade do comitê uma vez que o recurso  
295 pertence a ele. Por isso é importante saber o que a ABHA tem a oferecer e quais as suas  
296 responsabilidades. A conselheira Polyanna – ANGÁ, reforçou em sua fala a questão da  
297 identidade do comitê como ponto chave na escolha da entidade. Ecione – CIDES,  
298 também contribuiu concordando com os colegas sobre o que o comitê deve se ater na  
299 escolha da entidade, mas acrescentou que é preciso considerar a morosidade dos  
300 processos licitatórios uma vez que a cobrança já está sendo realizada. E uma vez que a  
301 organização do comitê tem o objetivo de reverter os recursos em benefício é preciso  
302 trabalhar no sentido de dar velocidade ao processo, porém sem perder os critérios de  
303 avaliação, de acompanhamento e de definição conforme as metas. Para a ela, a indicação  
304 da ABHA assim como a atuação da mesma, se for o caso, deve ser acompanhada de perto  
305 com uso dos instrumentos, mas essa escolha não deve se tornar um obstáculo para o  
306 desenvolvimento do projeto considerando que é a melhor opção apresentada inclusive  
307 geograficamente. Em contribuição com os relatos sobre entidades que se posicionam  
308 superiores às suas contratantes recebendo méritos e créditos que não lhes cabem, o  
309 conselheiro Daniel – PM Uberlândia, informou que de acordo com sua experiência com  
310 recursos financiados pela Caixa, ao disponibilizar o recurso a mesma exige que haja  
311 identificação da obra como se fosse obra dela própria. Por isso sugere que conste no  
312 contrato com a entidade escolhida que qualquer documentação/ identificação de

313 realização de trabalhos ou atividades apresentará a marca do comitê. Thiago explicou  
314 que, diferente de outros seguimentos, a agencia equiparada é um ente do sistema de  
315 recursos hídricos e não um prestador de serviços. E sobre logomarca, citou exemplos em  
316 que o comitê deixou de ter créditos por falta dela e informou que já está sendo  
317 contratada uma empresa de comunicação para apoiar o processo de construção da  
318 padronizado da mesma para todos no estado de Minas Gerais. Elaine agradeceu as  
319 contribuições de todos e questionou sobre a melhor data para agendamento da reunião  
320 para escolha do processo (se pelo chamamento público ou pela dispensa) da agência  
321 equiparada que irá nortear todo o recurso da cobrança. Giacomini lembrou a todos que  
322 as reuniões são realizadas sempre às terças-feiras por uma questão de organização da  
323 agenda pessoal de todos. Elaine propôs votação para: a realização do item de nº 5 da  
324 pauta, sobre as Câmaras Técnicas ainda nesta reunião ou não é a data da próxima  
325 reunião. Conforme a maioria dos votos da plenária, a reunião para convocação para  
326 escolha da entidade equiparada ficou agendada para o dia 31 de outubro, na modalidade  
327 presencial e com dois pontos de pauta incluindo o item de nº5 da pauta de hoje. Com  
328 agradecimentos pela presença de todos a presidente Elaine encerrou a reunião.

**Elaine Aparecida Santos Oliveira**  
Presidente CBH PN3

**Antônio Giacomini Ribeiro**  
Secretário Executivo